

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –  
CTIL  
ATA DA 82ª REUNIÃO**

Data: 16 de janeiro de 2006 (10h35 às 16h40).

Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

**PARTICIPANTES:**

- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
- Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Daniel Vilani (dzvilani@hotmail.com)
- Ministério das Cidades: Sérgio Antônio Gonçalves (sergioag@ciudades.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Emilianoribeiro de Souza (emilianoribeiro@ana.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: (ausência)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mbrandao@sp.gov.br)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@seplantec.se.gov.br)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Célia Maria Brandão Frões (celia.froes@igam.mg.gov.br)
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: (ausência)
- Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Patrícia Helena Gambogi Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Indústrias: Maria Luíza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
- Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
- Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@siteplanet.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br)
- Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (nininon@alternex.com.br) (ipanemasede@yahoo.com.br) (nininonmachado@terra.com.br)
- Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Anna Virgínia Muniz Machado (annavirginia.abes@gmail.com)

**CONVIDADOS:**

- Alberto Palombo – BID (apalombo.pnrh@terra.com.br)
- Andréa Paula de Carestiatto Costa – Instituto Ipanema / FBOMS (acarestiato@uol.com.br)
- Flavia Gomes de Barros – ANA (flavia.barros@ana.gov.br)
- Gustavo Faleiros – Patri Relações Governamentais (gustavo.faleiros@patri.com.br)
- João Bosco Senra – SRH/MMA (joao.senra@mma.gov.br)
- José Cupertino Tenório Neto – MME (jc-tenorio@uol.com.br)
- Luiz Augusto Bronzatto – SRH/MMA (luiz.bronzatto@mma.gov.br)
- Maria da Salete Cordeiro de Sousa – ABRAGE (maria.sousa@eln.gov.br)
- Márley Caetano de Mendonça – SRH/MMA (marley.mendonca@mma.gov.br)
- Mônica de Andrade Gonçalves Branco – CEF / Min. da Fazenda (monica.branco@caixa.gov.br)
- Percy Soares Neto – SRH/MMA (percy.neto@mma.gov.br)
- Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br)
- Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)
- Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- Rosana Garjulli – ANA (rosana@ana.gov.br)
- Thaís Madruga – CONJUR/MMA (thais.madruga@mma.gov.br)
- Tiberio Leonardo Guitton – CNA (tiberio.guitton@cna.org.br)

**RELATORIA:**

- Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de janeiro de 2006, no miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 82ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTEL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTEL, declarou abertos os trabalhos e desejou boas vindas a todos, ensejando um feliz ano de 2006, tão produtivo quanto o 2005 para esta CTEL.

59 No **Item 1 – Informes**, falou sobre a 17ª Reunião Extraordinária do CNRH, prevista para os  
60 próximos dias 30 e 31 de janeiro. Citou ainda o Fórum Mundial de Águas, a ser realizado na  
61 cidade do México, no mês de março próximo. Finalizou agradecendo a presença do Sr. João  
62 Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH. A Sra. Ninon Machado (ONGs) destacou os  
63 dois dias de reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH,  
64 em 12 e 13 de janeiro pp, para análise do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, que  
65 ocorreria em clima cordial e sentido de cooperação, finalizada com um parecer favorável  
66 daquela Câmara. Disse que no próximo dia 12 de fevereiro se realizará, na cidade do Rio de  
67 Janeiro, uma oficina com países latino-americanos para debates sobre a gestão integrada de  
68 recursos hídricos. Salientou que, com todas as dificuldades encontradas e considerando o  
69 momento de finalização do PNRH, o Brasil estaria em um momento de salto de qualidade na  
70 sua gestão de recursos hídricos, inclusive em uma análise comparativa com outros países. O  
71 Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), por sua vez, desejou um feliz 2006 a todos, com muito  
72 trabalho e realizações. Destacou a publicação da Portaria MMA nº 393, de 29 de dezembro de  
73 2005, (**Anexo II**), que, com base na Moção CNRH nº 34, de 2005, instituiu um Grupo de  
74 Trabalho, de caráter consultivo, para apoiar o MMA na discussão, elaboração e preparação de  
75 informações para subsidiar a participação brasileira no 4º Fórum Mundial de Águas. Disse  
76 que eventuais contribuições ao tema poderiam ser encaminhadas à SRH/MMA ou à ANA.  
77 Informou que fora agendado para o Fórum um debate sobre planos de recursos hídricos, que  
78 contaria com a participação do País, uma vez efetivada a aprovação do PNRH na 17ª Reunião  
79 Extraordinária do CNRH. O Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) noticiou a publicação da Lei  
80 nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, (**Anexo III**) que trata da cobrança pelo uso da água de  
81 domínio do Estado de São Paulo. Destacou-a como um importante passo para a gestão de  
82 recursos hídricos no Estado. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) aproveitou para  
83 parabenizar o Estado de São Paulo, destacando esse grande passo para a implementação da  
84 Política Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) solicitou  
85 registro da importância de ações recentes no âmbito da CT de Análise de Projeto, deste  
86 CNRH, que proporcionou um debate e a conseqüente aproximação dos atores envolvidos na  
87 gestão de recursos hídricos na região do lago da UHE de Serra da Mesa. Em decorrência  
88 dessas ações, disse, fora realizada reunião em Colinas do Sul – GO, tendo sido criado um  
89 caminho de discussão e entendimento entre esses atores envolvidos. Retornando à pauta da  
90 reunião, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou uma alteração da ordem do dia,  
91 passando-se o item 6 para o lugar do item 3. Houve concordância de todos. Com isso,  
92 abordou então o **Item 2: aprovação da ata da 81ª reunião da CTIL**, o que ocorreu com as  
93 modificações propostas pelo Sr. Emiliano Souza (ANA), pela Sra. Ninon Machado (ONGs) e  
94 pela Sra. Patrícia Boson, nesta reunião representando as Concessionárias de energia  
95 hidrelétrica. Passou-se então ao novo **Item 3 de pauta: análise da proposta de Resolução de**  
96 **aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos**, encaminhada pela CTPNRH. O Sr.  
97 Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) iniciou salientando a importância desse momento  
98 histórico de análise do PNRH no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH, visando sua  
99 aprovação pelo Plenário, com destaque para a posição de vanguarda do País. Ressaltou que  
100 nesta reunião da CTIL deveriam ser debatidos os aspectos legais e institucionais da questão.  
101 Passou então a palavra à Sra. Ninon Machado (ONGs) e à Sra. Patrícia Boson  
102 (Concessionárias de energia hidrelétrica), encarregadas pela CTPNRH de apresentar os dois  
103 documentos de encaminhamento do Plano à CTIL: a proposta de Resolução de aprovação do  
104 PNRH (**Anexo IV**) e o Parecer da CTPNRH (**Anexo V**). A Sra. Ninon Machado (ONGs)  
105 discorreu sobre os trabalhos de acompanhamento e análise do PNRH desenvolvidos no  
106 âmbito da CTPNRH, lembrando que o Plenário do CNRH estaria sendo sistematicamente  
107 informado sobre o estágio da sua elaboração. Por sua vez, a Sra. Patrícia Boson  
108 (Concessionárias de energia hidrelétrica) disse que a CTPNRH procedera a uma análise  
109 detalhada dos Volumes do PNRH e, conforme o Parecer encaminhado, os teria considerado  
110 satisfatórios. Informou que teriam sido acrescentadas alterações propostas no âmbito da  
111 CTPNRH para esses volumes, consolidadas pela equipe do SRH/MMA em trabalho  
112 ininterrupto desde o último dia 12 de janeiro, prestando seu testemunho de que todas as

propostas teriam sido incorporadas. Reforçou que todo o conteúdo do PNRH fora considerado satisfatório pela CTPNRH, sendo recomendado sua aprovação ao Plenário do CNRH. Concluiu percorrendo sobre cada artigo da proposta de Resolução apresentada. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), como encaminhamento do tema nesta CTIL, propôs que se passasse diretamente para a análise da proposta de Resolução, uma vez considerando-se o Parecer da CTPNRH como um encaminhamento ao Plenário, não passível de alterações nesta CTIL. Com a concordância de todos, passou-se à análise e proposição de sugestões à proposta de Resolução. Durante os debates, o Sr. Emiliano Souza (ANA) solicitou registro da sua proposta, não acatada, de inclusão no primeiro considerando, após “...com apoio da Agência Nacional de Águas – ANA,” de “nos moldes do disposto no art. 4º, inc. XVIII, da Lei nº 9.984, de 2000.” Ao final, a proposta de Resolução sofreu alterações em aspectos inerentes à CTIL, ficando seu texto conforme **Anexo VI**, tendo sido recomendado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), na qualidade de Presidente desta CTIL, parabenizou os trabalhos realizados no âmbito da SRH/MMA e por todos os envolvidos na elaboração do PNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) solicitou registro da participação de técnicos da ANA também nas adequações efetuadas nos volumes do PNRH, realizadas neste último final de semana. Em continuidade, agradeceu a esta CTIL pelas melhorias apresentadas à Resolução. Ressaltou ainda a dedicação dos técnicos da SRH/MMA envolvidos no processo de elaboração do PNRH, destacando-o como uma construção visando a garantia de um futuro sustentável. Finalizou observando que seriam bem vindas contribuições à relação de nomes dos colaboradores no processo de elaboração do PNRH. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) disse que, na realização das audiências públicas das Comissões Executivas Regionais – CERs para elaboração do PNRH, teriam ocorrido falhas na estratégia de *marketing*, assim como na de momento. Solicitou que no processo de revisão previsto para o PNRH elas fossem resgatadas e aprimoradas. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) aquiesceu, ressaltando que tais falhas teriam ocorrido em algumas das reuniões, não se espelhando em todas elas. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que o segmento identificara a necessidade da qualificação de atores para participação no processo da gestão de recursos hídricos, como a elaboração do PNRH. Informou que estariam sendo tomadas providências no sentido de supri-la, com a realização de oficinas de qualificação para a sociedade civil. Neste momento, foi proposta pausa para almoço, às 12h20. O retorno se deu às 14h50, com a abordagem do novo **Item 4 de pauta: análise da solicitação de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do CBH do Rio Paranaíba**. A Sra. Flavia Barros (ANA) foi convidada para apresentar a matéria. Em sua apresentação (**Anexo VII**), explanou sobre o estágio atual de implementação do CBH do Rio Paranaíba. Justificou as solicitações de prorrogação anteriores, destacando os fatos ocorridos em 2005: o corte orçamentário sofrido pela ANA; os entendimentos para a definição da estratégia de atuação da ANA na bacia, em conjunto com as unidades da Federação envolvidas (GO, MG, MS e DF); articulação com as mesmas Unidades para a elaboração de um Plano de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia do Paranaíba; culminando, em dezembro, com a criação de um Grupo de Trabalho Institucional - GTI, em reunião com os respectivos Secretários. Falou também sobre as ações previstas para 2006: efetivação de uma previsão orçamentária específica; e, em reunião do GTI, discussão de minuta para os Convênios de Cooperação e das etapas do Plano de Trabalho. Mostrou ainda as metas e as ações previstas no citado Plano de Gestão Integrada. Finalizou destacando os encaminhamentos previstos para o período da prorrogação solicitada. A Sra. Patrícia Boson (Concessionárias de energia hidrelétrica) disse que um pedido de prorrogação deveria implicar em razões plausíveis. Apontou que a aplicação dos recursos da cobrança proveniente do setor elétrico teria rebatimentos nessa questão, assim como a dos recursos auferidos pelos Estados com a compensação financeira, que não viria sendo feita da forma prevista. Sugeriu que fosse manifestada por esta CTIL a contrariedade por um pedido de prorrogação de mandato para implementação do CBH Paranaíba fundamentado basicamente na falta de recursos orçamentários. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) observou que caberia uma análise do porque desses pedidos de prorrogação para além dos problemas orçamentários. Disse que sempre manifestara que a criação de comitês em bacias

167 muito grandes, inclusive pela quantidade de Estados envolvidos e a necessidade da realização  
168 de convênios e pelo custo operacional, deveria ser mais bem analisada. Disse concordar que  
169 não caberia uma recusa da prorrogação e que seria favorável à inserção de um dispositivo para  
170 a verificação da efetividade da criação do Comitê. A Sra. Ninon Machado (ONGs) expressou  
171 seu descontentamento com o contingenciamento adotado para os recursos da cobrança, o que  
172 se refletiria em casos como o processo de implementação do Comitê em questão. Disse que as  
173 autoridades com responsabilidades nesse contingenciamento deveriam ser notificadas sobre  
174 os seus efeitos para a gestão integrada dos recursos hídricos, destacando-se o  
175 comprometimento decorrente para as gerações futuras e a construção de um futuro sustentável  
176 para o País. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) sugeriu que as contrariedades expostas fossem de  
177 alguma forma explicitadas na proposta de Resolução, indicando a motivação maior que os  
178 argumentos técnicos poderiam estar mascarando. A Sra. Flavia Barros (ANA) opinou que não  
179 entendia a área de uma bacia como o principal fator desfavorável à criação de Comitês, mas  
180 sim a incipiente implementação dos instrumentos da gestão de recursos hídricos pelos Estados  
181 de uma forma geral, destacando-a como maior ainda que a ausência de recursos  
182 orçamentários. A Sra. Rosana Garjulli (ANA) relatou a existência de outros tantos comitês em  
183 processo de formação, com documentação atendida e encaminhada à ANA, mas ressaltou a  
184 carência de normas disciplinando a questão, que deveriam conter, por exemplo, a indicação de  
185 áreas prioritárias. Opinou que, conjuntamente com os trabalhos de implantação de um comitê,  
186 deveria ser desenvolvido um processo visando a sua sustentabilidade. Disse que, com esses  
187 objetivos, se pretendia incluir nos debates realizados nas CERs do PNRH uma proposta de  
188 criação de Unidades de Planejamento e Gestão – UPG, o que não teria sido possível, apesar  
189 da sua citação no volume de Metas e Programas do PNRH. A Sra. Andréa Carestiato (ONGs)  
190 aproveitou a oportunidade para reiterar que deveriam constar nas propostas de resoluções de  
191 criação de Comitês mecanismos ou dispositivos para uma verificação permanente da sua  
192 implementação. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou a condição dos Comitês  
193 como instância legal com atribuições em uma bacia hidrográfica, o que não impediria, mesmo  
194 com a sua não existência, que os interessados buscassem outras formas de organização em  
195 recursos hídricos na mesma área de abrangência. Disse que a Secretaria Executiva do CNRH  
196 teria como norma encaminhar consulta à ANA quanto à viabilidade técnica e financeira da  
197 implementação de Comitês. Ressaltou que, portanto, da forma atual prevista na Resolução  
198 CNRH nº 5, de 2000, corria-se sempre o risco da criação de instâncias não sustentáveis em  
199 vários aspectos. Concluiu dizendo que, pelos conceitos básicos da Lei nº 9.433, de 1997, um  
200 Comitê não deveria ter suas ações seguidamente sustentadas pelo poder público e que, na  
201 análise de uma proposta de criação de comitê, deveria ser considerada a sua operacionalidade.  
202 Considerando as colocações anteriores, a Sra. Ninon Machado (ONGs) leu duas propostas de  
203 inserção no texto da resolução: a) Considerando a exposição de motivos constante do Ofício  
204 nº 367/2005/DP-ANA, do Diretor Presidente da ANA, de 18 de novembro de 2005; b) no  
205 artigo 1º, inserção do Parágrafo único. As autoridades responsáveis deverão envidar esforços  
206 no sentido de viabilizar a implantação do Comitê no prazo constante deste artigo. O Sr. Carlos  
207 Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça) propôs que fosse previsto na Resolução o  
208 encaminhamento de relatórios, com periodicidade definida, para o acompanhamento do  
209 processo de implantação do Comitê. Opinou que a efetividade financeira de um Comitê seria  
210 muito mais do que a realização de suas reuniões ou o tamanho de sua área de abrangência. O  
211 Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) disse que,  
212 para a efetiva implementação desse Comitê, seriam assinados convênios da ANA com as  
213 unidades da Federação envolvidas, que se configurariam em compromissos. Ressaltou a  
214 importância da implementação desse Comitê para o Distrito Federal. Nessa condição, opinou  
215 que não deveriam ser exigidos os relatórios propostos, uma vez que os citados convênios já  
216 garantiriam um compromisso das unidades da Federação envolvidas com a implementação do  
217 Comitê. A Sra. Patrícia Boson (Concessionárias de energia hidrelétrica) falou da condição  
218 essencial de um Comitê como um desejo da sociedade de sua área de abrangência destacando-  
219 o, ao mesmo tempo, como uma responsabilidade do poder público. Salientou que esses dois  
220 aspectos deveriam ser contemplados conjuntamente a cada criação e implantação de um novo

Comitê. Com relação à proposta de Resolução apresentada, se mostrou favorável à prorrogação solicitada, uma vez incorporados os anseios explicitados nesta reunião. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) encaminhou então pelo consenso de aprovação da proposta de Resolução. Com isso, partiu-se para os debates referentes ao seu texto que, ao final, ficou conforme **Anexo VIII**, sendo solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a presença da Sra. Flavia Barros (ANA) e da Sra. Rosana Garjulli (ANA) e passou ao novo **Item 5 de pauta: análise da proposta de Moção que recomenda a informação das bacias hidrográficas nas placas rodoviárias indicativas dos cursos de água** – encaminhada pela CT de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM. A Sra. Mônica Branco (CEF - Min. da Fazenda) foi convidada para apresentar a matéria e salientou que o tema fora sugerido à CTEM, por ocasião de sua 7ª reunião, pelo Sr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH. Falou sobre os trabalhos então decorrentes no âmbito da CTEM, que concluíra uma proposta de Moção (**Anexo IX**), observando que a indicação nela contida se dirigia às rodovias federais, estaduais e urbanas. Esclareceu que, no atendimento à proposta, não se pretendia a confecção de novas placas, mas a adição das informações nas atuais, que poderiam alcançar até rios tributários de terceira ordem, cabendo sua definição aos órgãos gestores de transporte e trânsito, em consulta aos de recursos hídricos, conforme explicitado na proposta de Moção. Finda a exposição, o Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) se mostrou favorável à proposta, ressaltando o cuidado na inserção das informações, que deveriam ser concisas e se ater à escala adequada. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) falou sobre trabalho realizado no âmbito do Distrito Federal de inserção de informações sobre bacias hidrográficas nas placas rodoviárias, ação pioneira do DER/DF e da Ecodata. Expôs seu entendimento que as informações agregadas não deveriam sobrecarregar as originalmente contidas nas placas, considerando a sua função básica de sinalização complementar. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) lembrou da oportunidade da inserção das informações quando da substituição das placas rodoviárias atuais, um procedimento sistemático dos órgãos responsáveis. Apontou a importância de debate prévio com o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, do Ministério dos Transportes, para a discussão de um modelo de divulgação aos órgãos estaduais. A Sra. Patrícia Boson (Concessionárias de energia hidrelétrica) sugeriu que a proposta de Moção também fosse dirigida à Agência Nacional de Petróleo – ANP, solicitando que nos postos de gasolina fossem exibidas placas com o mesmo tipo de informações. O Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça) disse que a proposta de Moção não deixaria claro se as informações deveriam ser adicionadas às placas existentes ou quando da sua renovação. Apontou a carência da indicação da fonte de recursos para consecução dos trabalhos e ainda, de quem encaminharia as informações corretas aos órgãos implementadores. Em esclarecimento, o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) disse que no caso do Distrito Federal a substituição de placas seria uma rotina, o que eliminaria o problema do custo. E ainda, que cada órgão implementador deveria buscar a sua própria orientação técnica. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que a iniciativa proposta pela Moção seria interessante, carecendo, entretanto, de um maior detalhamento, além da observância de aspectos operacionais. Destacou a importância da padronização das informações pretendidas, com a participação do DNIT. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) expôs sua concordância com a proposta, no entendimento pela oportunidade de inserção de informação sobre a menor bacia local, no que foi seguido pelo Sr. Maurício Brandão (CERH-SP). O Sr. José Cupertino Netto (MME) destacou o caráter educativo da proposta, colocando-se a favor da inserção de informações sobre a bacia local e também da mais abrangente. A Sra. Célia Fróes (CERH-MG) sugeriu que a informação inserida se referisse ao rio principal do comitê local existente, uma forma de relacioná-la à gestão de recursos hídricos. O Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Min. Justiça), considerando a relevância das sugestões apresentadas, sugeriu que a matéria retornasse à CTEM para nova análise sob a ótica dessas contribuições. A Sra. Mônica Branco (CEF - Min. da Fazenda) disse que as informações inseridas nas placas pretendiam o fortalecimento de vínculos de pertencimento, conforme

indicaria o parágrafo segundo do encaminhamento da Moção. Nesse sentido, mostrou-se favorável à proposta de inserção de informação relativa ao rio principal do comitê local existente. A Sra. Patrícia Boson (Concessionárias de energia hidrelétrica) sugeriu que a proposta de Moção fosse dirigida de forma a fomentar o início da discussão com o DNIT sobre a inserção das informações pretendidas nas placas rodoviárias, com a participação da SRH/MMA e da ANA. Findos os debates, ficou definido, em consenso, o encaminhamento pelo retorno da matéria à CTEM, com a solicitação de avaliação das considerações apresentadas nesta reunião da CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) finalizou propondo uma nova inserção do tema na pauta da reunião de fevereiro desta CTIL, que deverá ocorrer em momento posterior à próxima da CTEM, e agradeceu a participação da Sra. Mônica Branco (CEF - Min. da Fazenda). Passou então ao novo **Item 6 de pauta: análise do encaminhamento da proposta de Resolução que cria o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – GTAI**. Disse que o Secretário João Bosco Senra (SRH/MMA) solicitara, no período da manhã, que fosse adiado o debate sobre a proposta de Resolução em questão (**Anexo X**), uma vez que se pretendia o encaminhamento de contribuições por parte da SRH/MMA. Houve a concordância de todos, com a recomendação de que nessa análise fosse considerado, por pertinência, o Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados – SIGEOR (ANA, 2005), proposto no âmbito do PNRH, contendo um conjunto de indicadores intermediários e finalísticos visando o controle e a avaliação do PNRH. Em **Assuntos gerais**, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) falou sobre ofício da ONG Liga Ambiental (**Anexo XI**), encaminhado pela Sra. Ninon Machado (ONGs), tratando sobre divergências ocorridas no Estado do Paraná. Abriu para comentários. A Sra. Patrícia Boson (Concessionárias de energia hidrelétrica) observou que o conflito apontado seria pertinente ao Estado do Paraná, extrapolando as competências do CNRH. Portanto, concluiu, haveria um erro de encaminhamento, cabendo, no caso, respeito à descentralização pregada pela Lei nº 9.433, de 1997. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) também se referiu a um erro de encaminhamento da matéria, caracterizado pela citação não detalhada das ações ocorridas no âmbito do respectivo CERH. Concluiu destacando que o ofício trazia carência de especificação para as respostas locais. A Sra. Célia Fróes (CERH-MG) indicou que as leis estaduais agiriam definindo prioridades para a concessão de outorgas de uso da água. Citou que no Estado de Minas Gerais, inclusive, remetiam o debate das outorgas de grande porte ao respectivo Comitê. Disse que o documento apresentado carecia de clareza, evidenciando-se, entretanto, que deveriam ser buscadas as instâncias anteriores ao CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) observou que recorrer ao CNRH estaria previsto no SINGREH, desde que devidamente percorridas as instâncias anteriores. Findos os debates, foi definido o encaminhamento de resposta formal à Sra. Ninon Machado (ONGs), (**Anexo XII**), evidenciando a carência de informações documentadas, deixando-se claras as competências do CNRH, que não poderia ser considerado como última instância de apelação. Em continuidade, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) falou sobre o Ofício Comitês PCJ nº 179/2005 (**Anexo XIII**), do CBH dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, encaminhando a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 27/2005, (**Anexo XIV**), que altera a sua Deliberação nº 25/2005, em decorrência da Resolução CNRH nº 52, de 2005. Foi solicitado o encaminhamento de tais documentos para o conhecimento de todos, por correio eletrônico. Nesse momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), às 16h40, agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 82ª reunião da CTIL.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- Item 2: foi aprovada com modificações a ata da 81ª reunião da CTIL;
- Item 3: a proposta de Resolução de aprovação do PNRH sofreu alterações em aspectos inerentes à CTIL, tendo sido recomendado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH;

- 327 - Item 4: a proposta de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do CBH Paranaíba foi  
328 considerada pertinente, sendo recomendado o encaminhamento de proposta de Resolução ao  
329 Plenário do CNRH;  
330 - Item 5: ficou definido, em consenso, o encaminhamento pelo retorno da matéria à CTEM,  
331 com a solicitação de avaliação das considerações apresentadas nesta reunião da CTIL, tendo  
332 sido proposta uma nova inserção do tema na pauta da reunião de fevereiro desta CTIL, que  
333 deverá ocorrer em momento posterior à próxima da CTEM;  
334 - Item 6: houve a concordância de todos com a solicitação do Secretário João Bosco Senra  
335 (SRH/MMA) de que fosse adiado o debate sobre a proposta de Resolução em questão, uma  
336 vez que se pretendia o encaminhamento de contribuições por parte da SRH/MMA;  
337 - Assuntos gerais: sobre o Ofício da ONG Liga Ambiental, foi definido o encaminhamento de  
338 resposta formal à Sra. Ninon Machado (ONGs) considerando a carência de informações  
339 documentadas;  
340 - Assuntos gerais: foi solicitado o encaminhamento para o conhecimento de todos, por correio  
341 eletrônico, do Ofício Comitês PCJ nº 179/2005, do CBH dos rios Piracicaba, Capivari e  
342 Jundiaí, encaminhando a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 27/2005, que altera a sua  
343 Deliberação nº 25/2005, em decorrência da Resolução CNRH nº 52, de 2005.

344  
345  
346  
347 Julio Thadeu Silva Kettelhut  
348 Presidente da CTIL  
349

350  
351 Luiz Cláudio de Castro Figueiredo  
352 Relator